



DOMINGO DE MANHÃ

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE/RS
PROCESSOS SELETIVOS SIMPLIFICADOS 002 E 003/2023**

DIREITO/CIÊNCIAS JURÍDICAS

INSTRUÇÕES

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. Certifique-se de que o ambiente de prova:
 - contém 50 (cinquenta) questões;
2. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
3. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital.
4. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
5. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.



V2_15/06/2023 16:10:53



DIREITO MUNICIPAL

QUESTÃO 01 – Acerca das competências constitucionais dos Municípios, assinale a alternativa correta.

- A) Compete aos Municípios, através de lei ordinária, instituir impostos sobre serviços de qualquer natureza e definir as suas alíquotas máximas e mínimas.
- B) A Constituição da República prevê competência concorrente da União, dos Estados e dos Municípios para legislar sobre propaganda comercial.
- C) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmada em súmula vinculante, é competência dos Municípios fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- D) Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, compete aos Municípios a instituição de taxa de fiscalização do funcionamento de torres e antenas de transmissão e recepção de dados e voz dentro de seus territórios.
- E) Há expressa previsão constitucional de competência concorrente entre União, Estados e Municípios para legislar sobre proteção à infância e à juventude.

QUESTÃO 02 – Consideradas as previsões constitucionais e a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, é correto afirmar que:

- A) O Município reger-se-á por Lei Orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de quinze dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a remeterá para sanção do Prefeito.
- B) Admite-se a iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, um por cento do eleitorado.
- C) O Município de Porto Alegre poderá, através de decreto do Poder Executivo, criar fundos para desenvolvimento de programas específicos.
- D) A Lei Orgânica do Município de Porto Alegre poderá ser emendada mediante proposta: de um quarto, no mínimo, dos Vereadores; de cinco por cento da população; do Prefeito Municipal.
- E) É compromisso fundamental expresso na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre a descentralização político-administrativa.

QUESTÃO 03 – A execução da política de desenvolvimento urbano é constitucionalmente atribuída aos Municípios. Sobre esse tema, analise as assertivas a seguir:

- I. O plano diretor, aprovado pelo Executivo Municipal, é obrigatório para cidades com mais de dez mil habitantes.
- II. A simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais, é diretriz geral expressa do Estatuto da Cidade.
- III. O Estatuto da Cidade disciplina a usucapião especial de imóvel urbano prevista na Constituição da República. Em casos de núcleos urbanos informais existentes sem oposição há mais de cinco anos, é possível a usucapião coletiva, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural. A usucapião especial coletiva será declarada mediante sentença na qual o juiz atribuirá a cada possuidor a dimensão do terreno que ocupa.
- IV. A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e III.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas II e IV.
- D) Apenas I, II e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 04 – Considerada a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É constitucional a aplicação dos recursos arrecadados por meio da contribuição para o custeio da iluminação pública prevista no Art. 149-A da Constituição da República na expansão e aprimoramento da rede.
- B) A prevalência do auto de infração ambiental lavrado pelo órgão originalmente competente para o licenciamento ou autorização ambiental não exclui a atuação supletiva de outro ente federado, desde que comprovada omissão ou insuficiência na tutela fiscalizatória. No exercício da cooperação administrativa cabe atuação complementar — ainda que não conflitiva — da União com a dos órgãos estadual e municipal.
- C) Cabe aos municípios promover o licenciamento das atividades ou empreendimentos que possam causar impacto ambiental de âmbito local. É inconstitucional interpretação de Constituição Estadual de que decorra a supressão da competência dos municípios para regular e executar o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos de impacto local.
- D) É materialmente inconstitucional lei municipal que obriga a substituição de sacos e sacolas plásticas por sacos e sacolas biodegradáveis.
- E) Os municípios — no limite de seu interesse local e desde que em harmonia com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados — possuem competência para legislar sobre meio ambiente, e, caso sua regulamentação seja mais protetiva, pode ter prevalência sobre a legislação federal ou estadual.

QUESTÃO 05 – Acerca da Regularização Fundiária Urbana (REURB), disciplinada pela Lei Federal nº 13.465/2017, assinale a alternativa correta.

- A) A REURB compreende duas modalidades: I - REURB de Interesse Social (REURB-S): regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal; e II - REURB de Interesse Específico (REURB-E): regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada como de baixa renda. A lei prevê, ainda, procedimento específico para a regularização da situação jurídica de glebas parceladas para fins urbanos anteriormente a 19 de dezembro de 1979, que não possuem registro, desde que estejam implantadas e integradas à cidade – caso em que, apresentada toda a documentação exigida pela lei, é dispensada a apresentação do projeto de regularização fundiária, de estudo técnico ambiental, de CRF ou de quaisquer outras manifestações, aprovações, licenças ou alvarás emitidos pelos órgãos públicos.
- B) A usucapião é instituto jurídico incompatível com a regularização fundiária de núcleos urbanos informais.
- C) A legitimidade para requerer a REURB cabe exclusivamente aos seus beneficiários, individual ou coletivamente, aos proprietários de imóveis ou de terrenos, loteadores ou incorporadores e aos Municípios.
- D) É vedado aos Municípios, para fins da REURB, dispensar as exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público ou ao tamanho dos lotes regularizados.
- E) A legitimação fundiária, forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do poder público, exclusivamente no âmbito da REURB, apenas se aplica às áreas privadas.

QUESTÃO 06 – Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta sobre as previsões constitucionais e legais em matéria de propriedade urbana, intervenções do Estado na propriedade e desapropriação.

- I. Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.
 - II. Dentre os institutos jurídicos e políticos previstos no Estatuto da Cidade, incluem-se o tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano, limitações administrativas e a desapropriação.
 - III. As desapropriações de imóveis urbanos serão sempre feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
 - IV. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
 - V. Em caso de descumprimento das condições e prazos previstos para o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano, o Município procederá à aplicação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos. Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
- A) Todas as assertivas estão corretas.
B) Todas as assertivas estão incorretas.
C) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
D) Apenas as assertivas I, II, III e V estão corretas.
E) Apenas as assertivas I, II, IV e V estão corretas.

QUESTÃO 07 – No que diz respeito à fiscalização dos municípios, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
- B) Conforme a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal, a Constituição da República impede que os Municípios criem os seus próprios Tribunais, Conselhos ou órgãos de contas municipais, mas permite que os Estados-membros, mediante autônoma deliberação, instituam órgão estadual denominado Conselho ou Tribunal de Contas dos Municípios, incumbido de auxiliar as Câmaras Municipais no exercício de seu poder de controle externo.
- C) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver. O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- D) A jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que a Constituição da República proíbe a extinção de Tribunais de Contas dos Municípios.
- E) Conforme a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal, o Município prejudicado é o legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.

QUESTÃO 08 – Sobre a Lei Complementar Municipal de Porto Alegre nº 790/2016, é correto afirmar que:

- A) No processo administrativo perante a Administração Pública, o administrado deve fazer-se representar, obrigatoriamente, por advogado.
- B) Não podem ser objeto de delegação: a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou da autoridade.
- C) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.
- D) O prazo para apresentação de recurso das decisões administrativas será de 15 dias contados da data de notificação do ato.
- E) O direito de a Administração Pública anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

QUESTÃO 09 – Em matéria de direito à saúde, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).
- B) A ênfase na descentralização dos serviços para os municípios é um dos princípios expressos na Lei Orgânica da Saúde.
- C) O SUS será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.
- D) Conforme a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, a programação incluída por emendas de Vereadores a Projeto de Lei Orçamentária Anual será aprovada no limite de 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento) da receita corrente líquida do projeto encaminhado pelo Executivo Municipal, devendo a metade desse percentual ser destinado a ações de serviços públicos de saúde.
- E) A Lei Orgânica do Município de Porto Alegre prevê que a instalação de novos serviços públicos de saúde deve ser discutida e aprovada no âmbito do Sistema Único de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde, independentemente da demanda, cobertura, distribuição geográfica, grau de complexidade e articulação do sistema.

QUESTÃO 10 – Assinale a alternativa correta.

- A) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- B) O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de um por cento da receita do Município.
- C) As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, vedado o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais.
- D) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. A Constituição da República veda o estabelecimento em Lei dos Municípios de relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos.
- E) Os Municípios poderão, mediante Lei Complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 11 – De acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de direitos fundamentais:

- I. Não só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.
- II. É inconstitucional, por transgressão ao princípio da isonomia entre homens e mulheres (Art. 5º, I, CF), a exigência de requisitos legais diferenciados para efeito de outorga de pensão por morte de ex-servidores públicos em relação aos seus respectivos cônjuges ou companheiros/companheiras (Art. 201, V, CF).
- III. Revela-se inconstitucional, por violação ao princípio da isonomia (Art. 5º, I, CF), cláusula de contrato de previdência complementar que, ao prever regras distintas entre homens e mulheres para cálculo e concessão de complementação de aposentadoria, estabelece valor inferior do benefício para as mulheres, tendo em vista o seu menor tempo de contribuição.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 12 – De acordo com o STF, ainda em sede de direitos fundamentais:

- I. É inconstitucional, por ofensa aos princípios da isonomia, da liberdade religiosa e da laicidade do Estado, norma que obrigue a manutenção de exemplar de determinado livro de cunho religioso em unidades escolares e bibliotecas públicas estaduais.
- II. É inconstitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.
- III. É constitucional a obrigatoriedade de imunização por meio de vacina que, registrada em órgão de vigilância sanitária, (i) tenha sido incluída no Programa Nacional de Imunizações, ou (ii) tenha sua aplicação obrigatória determinada em lei ou (iii) seja objeto de determinação da União, Estado, Distrito Federal ou Município, com base em consenso médico-científico. Em tais casos, não se caracteriza violação à liberdade de consciência e de convicção filosófica dos pais ou responsáveis, nem tampouco ao poder familiar.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 13 – De acordo com o STF, acerca da competência legislativa:

- I. Cabe aos Municípios promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que possam causar impacto ambiental de âmbito local.
- II. Compete aos Municípios legislar sobre a obrigatoriedade de instalação de hidrômetros individuais nos edifícios e condomínios, em razão do preponderante interesse local envolvido.
- III. Compete aos Municípios legislar sobre a obrigatoriedade de seguros em determinados imóveis em seu território.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 14 – De acordo com o STF, sobre a capacidade legislativa relacionada aos Municípios, analise as assertivas abaixo:

- I. Viola a autonomia municipal norma estadual que dispõe sobre a destinação dos recursos recebidos pelos municípios a título de repartição constitucional de ICMS.
- II. Impossibilidade de os municípios fixarem índices de correção monetária e taxas de juros de mora para seus créditos tributários em percentual superior ao estabelecido pela União para os mesmos fins.
- III. Surge constitucional previsão normativa local voltada a coibir fraude considerado o serviço público de transporte coletivo, bem como condicionar a liberação de veículo apreendido ao pagamento de multas, preços públicos e demais encargos decorrentes de infração.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 15 – De acordo com o STF, em sede de controle externo:

- I. A competência técnica do Tribunal de Contas do Estado, ao negar registro de admissão de pessoal, só se subordina à revisão pelo Poder Legislativo respectivo.
- II. Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.
- III. A revogação ou anulação, pelo Poder Executivo, de aposentadoria ou qualquer outro ato aprovado pelo Tribunal de Contas não produz efeitos antes de aprovada por aquele Tribunal, ressalvada a competência revisora do Judiciário.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 16 – De acordo com o STF, em relação às decisões dos Tribunais de Contas:

- I. O Município prejudicado é o legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.
- II. A tomada de contas especial é um procedimento administrativo com rito próprio, que tem suas regras e pressupostos definidos na Lei nº 8.443/1992, e que permite não somente a apuração, mas também a liquidação do dano em dívida líquida e certa, por meio de decisão com eficácia de título executivo extrajudicial (Art. 71, §3º, CF).
- III. Em caso de multa imposta por Tribunal de Contas estadual a responsáveis por irregularidades no uso de bens públicos, a ação de cobrança somente pode ser proposta pelo ente público beneficiário da condenação do Tribunal de Contas.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 17 – De acordo com o STF, em termos de tributação municipal:

- I. É ilegítimo o município ocupante cobrar o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) nos territórios indevidamente incorporados.
- II. A EC 57/2008 convalidou desmembramento municipal realizado sem consulta plebiscitária e, nesse contexto, retirou o vício de ilegitimidade ativa existente nas execuções fiscais que haviam sido propostas por município ao qual fora acrescida, sem tal consulta, área de outro para a cobrança do IPTU quanto aos imóveis nela localizados.
- III. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Art. 156, III, da Carta Política. Opção constitucional pela limitação da capacidade tributária dos municípios por meio da atribuição à lei complementar da função de definir os serviços tributáveis pelo ISS. Listas de serviços anexas ao Decreto-lei nº 406/1968 e Lei Complementar nº 116/2003. Caráter taxativo compatível com a Constituição da República. (...) Tese de repercussão geral: "É taxativa a lista de serviços sujeitos ao ISSQN a que se refere o Art. 156, III, da Constituição Federal, admitindo-se, contudo, a incidência do tributo sobre as atividades inerentes aos serviços elencados em lei em razão da interpretação extensiva".

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 18 – De acordo com o STF:

- I. É possível a Incidência de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) sobre exploração de atividade de apostas, tendo como base de cálculo o valor total da aposta.
- II. É possível a incidência de ISSQN sobre contrato de franquia, em face da sua natureza híbrida.
- III. As operadoras de planos de saúde não realizam prestação de serviço sujeita ao ISSQN.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 19 – De acordo com o STF, em matéria ambiental:

- I. Legislação que proíbe os órgãos ambientais de fiscalização e a Polícia Militar de destruir e inutilizar bens particulares apreendidos nas operações e fiscalizações ambientais é constitucional.
- II. O Poder Executivo tem o dever constitucional de fazer funcionar e alocar anualmente os recursos do Fundo Clima para fins de mitigação das mudanças climáticas, estando vedado seu contingenciamento em razão do dever constitucional de tutela ao meio ambiente (Art. 225, CF), de direitos e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil (Art. 5º, §2º, CF), bem como do princípio constitucional da separação dos poderes (Art. 2º c/c o Art. 9º, §2º, LRF).
- III. São constitucionais as normas pelas quais simplificada a obtenção de licença ambiental no sistema responsável pela integração (Redesim) para atividade econômica de risco médio.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 20 – De acordo com o STF, ainda em matéria ambiental:

- I. A viabilidade ambiental de certo empreendimento é atestada não pela apresentação de estudos ambientais e da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS), mas pelo procedimento de licenciamento ambiental, no qual se aferem, de forma específica, aprofundada e minuciosa, a partir da Lei nº 6.938/1991, os impactos e riscos ambientais da atividade a ser desenvolvida.
- II. O estabelecimento de procedimento de licenciamento ambiental estadual que torne menos eficiente a proteção do meio ambiente equilibrado quanto às atividades de mineração afronta o *caput* do Art. 225 da Constituição da República por inobservar o princípio da prevenção.
- III. São constitucionais os Arts. 47 e 48 da Lei nº 11.196/2005, que vedam a apuração de créditos de PIS/Cofins na aquisição de insumos recicláveis.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 21 – Discricionariedade é a margem que a Administração tem de escolher, dentre duas ou mais opções, por aquela que melhor atenda ao interesse público diante do caso concreto. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) Discricionariedade é sinônimo de arbítrio, sendo que o ato arbitrário não admite controle jurisdicional por violação à separação de poderes.
- B) Mesmo diante da aparência de legalidade, em ato discricionário, se o agente praticar o ato visando fim distinto do previsto na regra de competência, é possível o controle por desvio de finalidade.
- C) Diante da aplicação de um conceito jurídico indeterminado, a Administração sempre terá discricionariedade para optar, mesmo em face de uma zona de certeza negativa.
- D) Móvel, motivo e motivação são conceitos similares, sendo que a falta de motivação de um ato discricionário não é passível de convalidação por se tratar de vício no elemento motivo do ato administrativo.
- E) O juiz não poderá, sob pena de violar a discricionariedade administrativa, adentrando na conveniência e oportunidade, sopesar, a partir de um critério de proporcionalidade, as consequências jurídicas e administrativas da decisão.

QUESTÃO 22 – O estudo da Administração Direta e da Administração Indireta envolve técnicas de racionalização do desenvolvimento e da prestação das atividades do Estado. Sobre o tema da estrutura e organização da Administração Pública, com foco nas estatais, assinale a alternativa correta.

- A) Desconcentração envolve técnica de distribuição de atribuições entre duas pessoas jurídicas, com quebra de hierarquia, estruturando entes da Administração Indireta.
- B) Enquanto a sociedade de economia mista tem autorizada a criação por lei, sendo sua natureza jurídica de direito privado, a empresa pública deve ser criada por lei, tendo a natureza de direito público pois é uma estatal.
- C) Assim como a estatal exige autorização legal específica para sua criação, também a sua subsidiária demanda a mesma exigência de autorização legal específica para criação, pelo paralelismo das formas.
- D) Se a estatal prestar serviço público, a responsabilidade pelos danos que seus agentes causarem será objetiva.
- E) Empresas públicas e sociedades de economia mista que atuam na atividade econômica em sentido estrito gozam de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado.

QUESTÃO 23 – Agentes públicos são considerados a *longa manus* estatal, pois o Estado, que não é pessoa física, imputa sua ação ao órgão, constituído, no fundo, por agentes, estes sim dotados de voluntariedade. Sobre o tema agentes públicos, que compreende agentes políticos, servidores públicos, militares e particulares em colaboração, assinale a alternativa correta.

- A) Enquanto o servidor estável é o que foi aprovado em concurso público, pode haver função de confiança preenchida por pessoas sem vínculo com a repartição pública.
- B) Cargo em comissão é de livre provimento e exoneração, admitindo pessoas de fora da repartição que não adquirem estabilidade para as atribuições de chefia, direção e assessoramento.
- C) Os empregados públicos são celetistas e, por não adquirirem estabilidade, não precisam ingressar na Administração por concurso público, diferentemente dos servidores estatutários.
- D) O retorno do servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, são declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria, denomina-se readaptação.
- E) Diante da reintegração de funcionário por decisão judicial, em caso de inexistir a vaga, não se admite que haja direitos e vantagens decorrentes da titularidade do cargo, pois seria um privilégio incompatível com a economicidade que deve reger a gestão pública.

QUESTÃO 24 – A LINDB, conforme teor da Lei nº 13.655/2018, trouxe um olhar mais atento do intérprete para o primado da realidade, a necessidade de proporcionalidade no controle e o consequentialismo. Acerca das mudanças engendradas, é correto afirmar que:

- A) Não obstante as determinações, o agente público não poderá alegar obstáculos e dificuldades reais enfrentados na execução das políticas públicas como escusa ao não cumprimento imediato e integral de norma sobre gestão pública.
- B) Assim como ocorre na disciplina das agências reguladoras, também a Nova LINDB, conforme a Lei nº 13.655/2018, previu a consulta pública como obrigatória antes da edição de ato normativo.
- C) Além dos prejuízos anormais ou injustos resultantes de processo ou da conduta dos envolvidos, a decisão do processo poderá também impor compensação por eventuais benefícios indevidos.
- D) Eventuais consultas públicas respondidas por autoridades públicas não terão, de acordo com a disciplina veiculada pela Nova LINDB, caráter vinculante em relação ao órgão ou entidade a que se destinam.
- E) O dispositivo da Nova LINDB que prevê a responsabilidade do agente público no caso de dolo ou de erro grosseiro é plenamente aplicável à atual disciplina da improbidade administrativa.

QUESTÃO 25 – A Lei nº 14.133/2021 representou a modernização e também a compilação de três diplomas normativos, quais sejam: a Lei Geral de Licitações e Contratos (anterior Lei nº 8.666/1993), a disciplina do pregão (Lei nº 10.520/2002) e aquela do Regime Diferenciado de Contratação (RDC, Lei nº 12.462/2011). Sobre as novidades veiculadas pela Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) A Nova Lei de Licitações e Contratos acrescentou aos objetivos anteriores, de promover um resultado de contratação mais vantajoso e assegurar a igualdade, também o novo objetivo de incentivo ao desenvolvimento nacional sustentável.
- B) O sobrepreço pode ser caracterizado como uma alteração no orçamento que cause desequilíbrio em favor do contratado.
- C) No concernente às modalidades da licitação, a Nova Lei de Licitações e Contratos extinguiu algumas (a exemplo do concurso) e também previu uma nova modalidade dialógica a partir do procedimento de manifestação de interesse.
- D) É novidade da lei a adoção da modalidade do diálogo competitivo, em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados com intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades.
- E) Apesar de as licitações das estatais serem submetidas a regramento próprio, as disposições da Lei nº 14.133/2021 se aplicam subsidiariamente à disciplina da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais).

QUESTÃO 26 – A denominação do instituto mediante o qual, ao término da concessão, há a incorporação dos bens da concessão necessários à prestação do serviço é:

- A) Reversão, sendo que os bens reversíveis tanto podem ser os públicos, recebidos da Administração, como os de propriedade da concessionária.
- B) Encampação, desde que haja prévio pagamento de indenização, lei autorizativa específica e motivo de interesse público.
- C) Caducidade, pois caducam ao final da concessão, sendo bens que serão incorporados ao serviço, voltando, portanto, ao Poder Público.
- D) Transferência dos bens à concessão, tendo sido considerada constitucional em julgamento do Supremo Tribunal Federal.
- E) Usucapião pública de bem privado, sendo instituto próprio da concessão de serviço público.

QUESTÃO 27 – Poder de Polícia consiste na atividade do Estado de condicionar ou restringir o exercício de direitos individuais, tais como a propriedade e a liberdade, em benefício do interesse público. Mais especificamente, a polícia administrativa envolve intervenções do Estado que tanto podem ser mais genéricas como também específicas, a exemplo das licenças, autorizações e sanções concretas de polícia. Com base nos conhecimentos do tema, assinale a alternativa correta.

- A) Nos dias atuais, entende-se que enquanto a polícia judiciária é sempre repressiva, a polícia administrativa é preventiva, sendo essa a principal diferença entre elas.
- B) Diferenciam-se, no geral, os alvarás de licença dos de autorização, sendo que enquanto a autorização é vinculada ao preenchimento de requisitos legais, a licença é discricionária.
- C) Como medida de constrição do Poder de Polícia, admite-se a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo.
- D) Prescreve em cinco anos da prática do ato ou da cessação a ação punitiva da Administração Pública Federal no exercício de Poder de Polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor.
- E) Para fiscalizar e ordenar, lei municipal poderá impedir a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

QUESTÃO 28 – Motorista de ônibus pertencente à concessionária responsável pelo transporte municipal de passageiros atropela ciclista, causando-lhe lesões. O ciclista entra com ação contra a concessionária, alegando responsabilidade objetiva pelo dano causado. No caso em tela, qual a resposta correta com base na disciplina jurídica da responsabilidade?

- A) A responsabilidade da concessionária é subjetiva em razão da culpa, sendo apenas objetiva a responsabilidade em face do Estado.
- B) A concessionária responde objetivamente pelos danos do atropelamento causado por seu funcionário ao ciclista, não sendo necessária a perquirição da culpa.
- C) A responsabilidade só se configura de forma objetiva em face do usuário do serviço, mas não diante do ciclista, pois o terceiro não usuário deve comprovar a culpa do motorista.
- D) Não há responsabilidade da concessionária, mas apenas da Municipalidade que delegou o serviço público, cuja titularidade é do Poder Concedente.
- E) A Municipalidade responde objetivamente, sem prejuízo do direito de regresso para apurar a culpa e o dolo da concessionária, conforme sistemática constitucional.

QUESTÃO 29 – João, que exerceu cargo de secretário municipal, está para ser réu em ação de improbidade administrativa. Ocorre que a ação será ajuizada após a Reforma da Improbidade, promovida pela Lei nº 14.230/2021. Pretende-se veicular por ação civil pública de improbidade, alegando-se lesão ao patrimônio difuso e também prejuízo ao erário. João alega que não houve dolo em sua conduta. Com base nessa situação, assinale a alternativa correta conforme a nova disciplina da improbidade administrativa pós 2021.

- A) A ação civil pública é via adequada para apurar e punir atos de improbidade.
- B) Se houver prejuízo ao erário, é possível imputar improbidade em ação com culpa grave, diferentemente das hipóteses de enriquecimento ilícito e violação aos princípios.
- C) O prazo prescricional para ajuizamento mudou de cinco anos do término do mandato para oito anos contados a partir do fato ou da cessação de infração permanente.
- D) A aplicação da sanção prevista na lei de improbidade depende da rejeição das contas pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
- E) Se o ato de improbidade é praticado apenas por terceiro que induza ou concorra dolosamente, é possível o ajuizamento da ação de improbidade exclusivamente em face do particular, sem a presença de João no polo passivo.

QUESTÃO 30 – O Município de Porto Alegre tem sua Lei de Processo Administrativo. Trata-se da Lei Complementar nº 790/2016. Objetiva-se, com a mencionada lei, garantir os direitos dos administrados e, simultaneamente, perseguir os fins da Administração Pública. Sobre a disciplina do processo administrativo, assinale a alternativa correta.

- A) É obrigatória a assistência, por advogado, em processo administrativo, exceto quando a lei estabelece a possibilidade de defesa direta pelo administrado.
- B) Deve ser comunicada suspeição de servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria do processo administrativo.
- C) Mesmo após a sua atualização mais recente, a lei municipal ainda não previu um prazo adequado para a prática eletrônica de ato processual.
- D) De acordo com a disciplina do processo administrativo em âmbito municipal, apenas os atos discricionários demandam a motivação, compreendendo a indicação de fatos e fundamentos jurídicos.
- E) A disciplina municipal também prevê o desdobramento do princípio da segurança jurídica, consubstanciado no critério de vedação de aplicação retroativa de nova interpretação.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 31 – A taxa é:

- A) A espécie tributária que tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte.
- B) A espécie tributária que tem por fato gerador o exercício regular do Poder de Polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- C) A espécie tributária destinada a fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- D) A espécie tributária de competência privativa da União, destinada a atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência, ou a custear investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- E) A espécie tributária de competência privativa da União, destinada a intervir no domínio econômico.

QUESTÃO 32 – Sobre o princípio da legalidade estrita, é correto afirmar que:

- A) Devido ao princípio da legalidade estrita, em direito tributário é vedado alterar a data de vencimento das obrigações tributárias por ato normativo infralegal.
- B) Um exemplo de flexibilização do princípio da legalidade estrita consiste na possibilidade de conceder isenção tributária por Decreto.
- C) De acordo com previsão expressa na Constituição, há reserva legal tão somente para a instituição e a majoração de tributos.
- D) Devido ao princípio da legalidade estrita, em direito tributário todos os tributos devem estar previstos em lei complementar.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

QUESTÃO 33 – De acordo com o princípio da anterioridade, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É permitido à União cobrar imposto de renda no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou.
- B) É vedado aos Estados cobrar taxas em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que as houver instituído ou aumentado.
- C) É vedado aos Municípios cobrar impostos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- D) É vedado à União cobrar contribuições de intervenção no domínio econômico no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- E) É permitido à União cobrar empréstimo compulsório antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

QUESTÃO 34 – Sobre as espécies tributárias, analise as assertivas abaixo:

- I. Não é permitida a cobrança de Taxa de Iluminação Pública, uma vez que a atividade estatal não é específica e divisível para cada contribuinte.
- II. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), por se tratar de um imposto, é um tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação não relacionada a qualquer atividade estatal específica.
- III. As contribuições sociais, para custeio de regime próprio de previdência social, podem ser instituídas pelos Municípios, sendo vedada a cobrança de alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.
- IV. O Município de Porto Alegre tem competência para instituir imposto extraordinário, desde que não tenha fato gerador ou base de cálculo idêntica aos dos demais impostos previstos na Constituição.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e IV.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 35 – Sobre os impostos de competência municipal, analise as assertivas abaixo:

- I. O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) pode ser progressivo em razão do valor do imóvel.
- II. O imposto sobre transmissão inter vivos incide sobre a transferência onerosa de imóveis, sendo vedada sua cobrança no caso de doações.
- III. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incide sobre todas as prestações de serviços, inclusive aquelas destinadas a tomador estabelecido no exterior.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 36 – Analise as assertivas abaixo, sobre os princípios tributários:

- I. O princípio da capacidade contributiva, segundo o qual o Estado deve exigir que as pessoas contribuam para as despesas públicas na medida de suas capacidades, tem previsão expressa no Art. 145, §1º, da Constituição Federal.
- II. O princípio da seletividade, segundo o qual alguns impostos devem ter suas alíquotas fixadas proporcionalmente à essencialidade dos serviços tributados, é aplicável ao ISS, que deverá ser seletivo, nos termos da Constituição Federal.
- III. O princípio do tratamento nacional impõe que, dentro do território brasileiro, bens e serviços recebam tratamento tributário uniforme, independentemente de sua procedência ou destino.
- IV. Por expressa previsão constitucional, o princípio da vedação de confisco é aplicável exclusivamente aos impostos.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e III.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas II e IV.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 37 – Analise as assertivas abaixo:

- I. O sucessor é responsável pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da partilha, mas sua responsabilidade é limitada ao montante do quinhão do legado.
- II. Nos casos de alienação judicial de unidade produtiva isolada em processo de recuperação judicial de empresa, o adquirente sempre responde pelos tributos devidos.
- III. A legislação municipal sobre ISS pode atribuir a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 38 – Assinale a alternativa correta.

- A) A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, volta a fluir o prazo decadencial.
- B) O mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.
- C) O pedido administrativo de compensação ou de restituição de tributos interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário de que trata o Art. 168 do CTN.
- D) O mandado de segurança é a medida judicial adequada para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte.
- E) O procedimento cautelar fiscal de que trata a Lei nº 8.397/1992 sempre pressupõe a prévia constituição do crédito tributário.

QUESTÃO 39 – Sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Esse imposto incide somente sobre as atividades expressamente previstas como serviço, enumeradas na lista anexa à Lei Complementar nº 116/2033.
- B) É inconstitucional a incidência do ISS sobre operações de locação de bens móveis.
- C) O fornecimento de mercadorias com a simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS a incidir sobre o valor total da operação.
- D) O licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação constitui fato gerador de ISS.
- E) O imposto não incide sobre prestações de serviço iniciadas no exterior.

QUESTÃO 40 – Acerca do processo de execução fiscal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A petição inicial de execução fiscal não pode ser indeferida sob o argumento da falta de indicação do CPF ou CNPJ da parte executada.
- B) A exceção de pré-executividade não é admissível na execução fiscal quando necessária a dilação probatória.
- C) O Código de Processo Civil é de aplicação subsidiária no processo de execução fiscal.
- D) Não é obrigatória a anexação de demonstrativo de cálculo de débito à petição inicial de execução fiscal.
- E) É admissível a citação exclusivamente por edital, quando se tratar de processo de pequeno valor, tendo em vista os elevados custos decorrentes da citação pessoal.

PROCESSO CIVIL

QUESTÃO 41 – O Município de Porto Alegre, por meio de sua Procuradoria, ajuizou ação de resolução do contrato sob o procedimento comum. O magistrado, ao despachar a petição inicial, constatou a ausência de indicação do valor da causa. Nessa hipótese, o magistrado:

- A) Determinará a citação da parte demandada, considerando que nessa espécie de ação o valor da causa não é requisito essencial da petição inicial.
- B) Fixará de ofício o valor da causa, determinando, na sequência, a citação da parte demandada.
- C) Deve indeferir a petição inicial, extinguindo o processo sem julgamento do mérito.
- D) Julgará liminarmente improcedente a causa.
- E) Determinará a emenda da petição inicial, o que deve ser realizado no prazo de 30 dias.

QUESTÃO 42 – Foi ajuizada ação de indenização em relação ao Município de Porto Alegre, que segue o procedimento comum. O Magistrado, ao despachar a petição inicial, embora não tenha constatado nenhum vício formal, verificou que a pretensão da parte autora já se encontra prescrita. É caso de:

- A) Extinção do processo sem julgamento do mérito.
- B) Indeferimento da petição inicial.
- C) Julgamento de improcedência liminar do pedido.
- D) Emenda da petição inicial.
- E) Designação de audiência de conciliação e mediação.

QUESTÃO 43 – Numa demanda de procedimento comum ajuizada pelo Município de Porto Alegre, o réu, na contestação, alegou ser parte ilegítima para a causa, não sendo o responsável pelo prejuízo invocado na petição inicial. Intimado, o Procurador do Município solicitou a substituição do réu. Nessa hipótese, os honorários devidos ao procurador do réu excluído serão fixados entre _____ do valor da causa.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A) 1% e 3%
- B) 2% e 5%
- C) 3% e 5%
- D) 5% e 10%
- E) 10% e 20%

QUESTÃO 44 – Proposta ação popular em relação ao Município de Porto Alegre, após a tramitação do feito, sobreveio sentença de improcedência fundada na deficiência de provas. Nessa hipótese, é correto afirmar que:

- A) Qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- B) Apenas o cidadão que atuou como autor da referida ação popular poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- C) Apenas o Ministério Público poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- D) O magistrado deveria ter proferido sentença de extinção do processo sem julgamento do mérito.
- E) A sentença tem eficácia erga omnes, gerando coisa julgada material.

QUESTÃO 45 – Em uma demanda de procedimento comum proposta em relação ao Município de Porto Alegre, a parte autora interpôs recurso de embargos de declaração da decisão que indeferiu pedido de antecipação de tutela. O magistrado, antes de julgar o recurso, intimou o Procurador do Município para se manifestar, o qual alegou a presença de vícios formais no referido recurso face ao não cabimento da espécie em relação à decisão interlocutória e pela ausência de recolhimento do preparo. Sobre os argumentos apresentados pelo Procurador Municipal, é correto afirmar que:

- A) Estão adequados, sendo caso de não conhecimento do recurso.
- B) Estão inadequados, considerando a espécie recursal.
- C) Está adequada a alegação de não cabimento em relação à decisão interlocutória, mas equivocada a indicação de necessidade de preparo.
- D) Está equivocada a alegação de necessidade de preparo, mas adequada a afirmação de não cabimento do recurso em relação à decisão interlocutória.
- E) Está equivocada a alegação de necessidade de preparo, mas adequada a afirmação de não cabimento do recurso em relação à decisão interlocutória, salvo se a parte recorrente postulou a concessão de efeito infringente.

QUESTÃO 46 – Considerando as regras do Código de Processo Civil, indique o prazo para o Procurador do Município de Porto Alegre interpor recurso de embargos de declaração em relação à sentença proferida em procedimento comum:

- A) 5 dias úteis.
- B) 10 dias úteis.
- C) 15 dias úteis.
- D) 20 dias úteis.
- E) 30 dias úteis.

QUESTÃO 47 – O Procurador do Município de Porto Alegre é intimado para apresentar contrarrazões a recurso especial. Assinale a alternativa que NÃO corresponde à matéria adequada a ser apontada nas contrarrazões a recurso especial, podendo implicar na não admissão do referido recurso.

- A) Ausência de prequestionamento.
- B) Análise de matéria de ordem fática.
- C) Falta de indicação do dispositivo constitucional violado.
- D) Falta de esgotamento dos recursos ordinários.
- E) Pedido de reexame de prova.

QUESTÃO 48 – Impetrado mandado de segurança em relação a ato do Secretário da Fazenda de Porto Alegre, o qual foi distribuído à 1ª Vara da Fazenda Pública, o juiz, ao despachar a petição inicial, deve:

- A) Reconhecer a incompetência do juízo e declinar a competência para o Tribunal de Justiça.
- B) Oportunizar a manifestação da autoridade impetrada antes de decidir sobre o pedido de concessão de liminar, eis que vedada a análise deste requerimento sem prévia manifestação do ente público.
- C) Intimar o Ministério Público e, após a sua manifestação, notificar a autoridade impetrada para oferecer a sua defesa.
- D) Extinguir o processo sem julgamento do mérito, reconhecendo a incompetência absoluta do juízo para o processamento e julgamento do writ.
- E) Dar ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no processo.

QUESTÃO 49 – Sobre as formas de intervenção de terceiros no processo civil, analise as assertivas abaixo:

- I. O incidente de descon sideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.
- II. O incidente de descon sideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- III. A intervenção de amicus curiae no processo civil não poderá ser determinada de ofício pelo magistrado, dependendo de provocação da parte ou do Ministério Público.
- IV. A intervenção na condição de amicus curiae atribui legitimidade recursal a esse interveniente, salvo na hipótese de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas I e IV.
- D) Apenas II e III.
- E) Apenas II e IV.

QUESTÃO 50 – De acordo com a Lei nº 7.347/1985, é vedada a utilização de ação civil pública para:

- A) Discutir questão relativa a direitos individuais homogêneos.
- B) Veicular pretensões que envolvam tributos.
- C) Resolver questões envolvendo matéria consumerista.
- D) Postular indenização por dano moral coletivo.
- E) Discutir violação à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos e/ou religiosos.